

ESPAÇO E SOCIEDADE NO BRASIL: A URBANIZAÇÃO RECENTE

Milton Santos*

Tratar da urbanização é tratar de um problema multidimensional, isto é, do movimento uníssono da sociedade, da cultura, da economia... cuja compreensão é quase impossível se abstraído o fator espacial. Neste texto, trataremos da urbanização no âmbito de um país, no caso o Brasil. O enfoque privilegiado é o geográfico, o que não prescinde dos demais dados.

A Marcha da Urbanização

Os dados relativos à população total do Brasil nos dão um contingente de 41.326 mil habitantes em 1940 e de 119.099 mil, em 1980. Fica demonstrado que a população brasileira foi acrescida de 77.773 mil habitantes num período de quarenta anos, o que nos dá um crescimento de 188,19% se quisermos colocá-lo em termos relativos. Já a população urbana brasileira, se considerarmos o mesmo período, passa de 10.891 mil para 82.013 mil, o que perfaz um crescimento de 71.122 mil habitantes vivendo em aglomerações, ou um aumento de 653,03%.

Nesses quarenta anos, a população total do Brasil praticamente triplica, enquanto a população urbana multiplica-se por sete vezes e meia. Mostra-se um crescimento relativo da popula-

*Professor do Depto. de Geografia da USP.

ção urbana maior do que o da população tomada como um todo. Assim, se a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1940, esta alcança a casa dos 68,86% em 1980; havendo praticamente uma inversão da relação entre população urbana e rural.

TABELA 1

Pop. Total do Br. ⁺	
1940	41.326
1950	51.944
1960	70.191
1970	93.139
1980	119.099

+ em mil habitantes

TABELA 2

Variação da Pop. Total do Br. ⁺		
40-50	10.618	25,69 (%)
50-60	18.247	35,12
60-70	22.948	32,69
70-80	25.960	27,87
40-80	77.873	188,43

+ em mil habitantes

TABELA 3

Pop. Urbana do Br. ⁺	
1940	10.891
1950	18.783
1960	31.956
1970	52.905
1980	82.013

+ em mil habitantes

TABELA 4

Variação da Pop. Urbana do Br. ⁺		
40-50	7.892	72,46
50-60	13.173	70,13
60-70	20.949	65,55
70-80	29.108	55,01
40-80	71.122	653,03

+ em mil habitantes

TABELA 5

Taxa de urbanização Br.	
1940	26,35
1950	36,16
1960	45,52
1970	56,80
1980	68,86

A realidade brasileira mostra uma redução relativa da população rural, em benefício da população urbana, além do crescimento em volume desta. Este crescimento pode ser diferentemente observado: se tomamos os números brutos do aumento da população nos quatro decênios aos quais nos referimos, observamos que entre 1940 e 1950, o aumento anual médio da população total é de 1.060.000 habitantes; enquanto o aumento anual médio da população urbana é de 800.000. Respectivamente, entre 1950 e 1960, a relação é de 1.820.000 contra 1.320.000; entre 1960 e 1970 é de 2.300.000 contra 2.100.000. Finalmente, entre 1970 e 1980, há uma mudança da situação, pois o aumento anual médio da população total foi de 2.600.000, enquanto o da população urbana alcançou 2.900.000.

Nos três primeiros decênios, o crescimento anual médio da população urbana apresentou-se menor do que o da população total; mas, ao revés, entre 1970 e 1980, há uma reviravolta da situação, e o aumento anual médio da população urbana mostra-se maior do que o da população total. Mas esse movimento já se vinha impondo desde o decênio anterior, os números globais ao mesmo tempo escondendo a tendência e as realidades regionais.

TABELA 6

Aumento Anual Médio Aproximado			
	Aumento médio anual da população total (A)	Aumento médio anual da população urbana (B)	B:A
1940-50	1.060.000	800.000	75,47
1950-60	1.820.000	1.320.000	72,52
1960-70	2.300.000	2.100.000	91,30
1970-80	2.600.000	2.900.000	111,53

Interpretando rapidamente estes dados, poderíamos dizer que, entre 1940 e 1950, a relação entre o aumento da população urbana e o da população total, foi da ordem de 75,47%; entre 1950 e 1960, foi de 72,52%; entre 1960 e 1970, de 91,30% e, de 1970 e 1980, a relação foi de 111,53%. Assim, neste último período,

o aumento anual médio da população urbana é maior que o respectivo incremento da população total.

As estatísticas assim expostas nos dão apenas dois momentos de um movimento contínuo. Cabe-nos reconhecer esse movimento, que se perde na inflexibilidade dos números e tentar interpretá-lo. Dois momentos no tempo nos dão apenas dois marcos. Aliás, vem daí a precariedade dos estudos quantitativos clássicos ou modernos, já que a matemática não pode dar conta do tempo histórico, e se este não está presente na análise, a interpretação, qualquer que seja o fato, é limitada, reduzida e manca. É a vida social que qualifica a numerologia.

Tendências Recentes

A partir dos anos 70, não há, apenas, tendência à redução dos números relativos da população rural. Se tomamos o Brasil como um todo, vamos observar que, a população rural, entre 1970 e 1980, aumenta de 0,0016%, ou seja, praticamente nada. Passa de 13.087.000 para 13.089.000 habitantes, a realidade é que, em muitas regiões, a população rural em números absolutos cai, entre 1970 e 1980. Trata-se de uma tendência a ser generalizada. Assim, a curva da população rural é descendente e, mais uma vez, os números brutos podem nos levar a enganos, se apenas nos atemos a dois momentos muito distanciados, num país cuja dinâmica geral é muito forte, e cuja dinâmica demográfica é especialmente forte.

O Brasil é um país que, a cada ano, tem sua população aumentada em 3.000.000 de habitantes, quando existem numerosos países que têm este contingente total de população. Com estes dados nos damos conta da força do movimento demográfico brasileiro, o que nos auxilia na explicação de uma grande quantidade de outros fenômenos importantes. Entre 1950 e 1960, a parte do aumento demográfico que vai à urbanização é relativamente menor que entre 1940 e 1950. Mas naquele decênio, pode-se falar, mais que em outros, de explosão demográfica. Um estudo de Rosa Ester Rossini ("La baisse récente de la fécondité au Brésil", *Espace, Populations, Sociétés*, 1985, nº 3, p.597-614) nos ensina porque a uma taxa bruta de natalidade de 44,4% entre 1940 e 1950

correspondia uma taxa bruta de mortalidade de 20,6%, enquanto entre 1950 e 1960, os índices respectivos eram 43,3% e 13,4%. A economia, a sociedade e o território não dispunham, então, de uma dinâmica capaz de absorver na urbanização o crescimento demográfico assim grandemente aumentado.

Com o fim da guerra, um primeiro momento marca a possibilidade, para o Brasil, do combate à doença e à morte, a organização dos cuidados sanitários e a disseminação de medicamentos, cuja primeira evolução se fez durante o processo de conflito, e que manteve uma forte influência na baixa da mortalidade, e, conseqüentemente, na alta taxa da natalidade, já que muitas mulheres em idade adulta deixam de morrer, além de diminuir o número de mortes durante os partos; e se reduz a mortalidade infantil. Assiste-se, também, a uma considerável evolução do consumo, que se difunde no país, e leva ao fortalecimento e aumento do número de cidades locais e intermediárias.

A difusão do consumo deve-se, em grande parte, ao transistor, que liberta o homem pobre ou isolado da escravidão da eletricidade para obter informações, já que o Brasil de então não dispunha de energia elétrica na maior parte de seu território; esta é uma conquista posterior. O transistor vai levar as notícias do que se passava no resto do país e do mundo, impulsionando o consumo, pois este só se manifesta materialmente, depois que criou, dentro do indivíduo, o impulso para realizá-lo. O consumo é magnificado com essa possibilidade de difusão das novidades e com a integração do território pelos transportes. Esta última não havia até mesmo ao final da guerra, quando o Norte não podia se comunicar com o Sul, nem o Nordeste ao Sudeste, exceto por via marítima.

A integração do território, a possibilidade de ligação com o mercado produtor, que era sobretudo o Sudeste, permitindo o acesso aos bens de consumo, possibilita o nascimento do fenômeno da urbanização interior, com a criação de cidades intermediárias, aumentando também o número de cidades locais. Até 1945-50, a urbanização era sobretudo litorânea.

As cidades intermediárias, que hoje são também chamadas de "cidades médias", a que então chamávamos de "centros regionais", são o lugar onde há respostas para níveis de demanda de consumo

mais elevados. Eram estas cidades procuradas pelas classes mais abastadas de cada região, que podem adquirir mas não encontram parte dos produtos e serviços de que querem dispôr em suas cidades locais. O fato de a rede viária haver melhorado, reduzindo o tempo de viagem de um lugar a outro, aumentando, assim, a acessibilidade, provoca uma maior procura das cidades médias. Mas, a propensão aumentada ao consumo, impede que desapareçam as cidades locais, que se fortalecem e aumentam de número, paralelamente à expansão quantitativa e qualitativa das cidades médias.

Enquanto o país melhora sua rede de transporte e conhece uma expansão do capitalismo, um bom número de bens que eram produzidos apenas como bens de consumo local, ou outros que tinham apenas valor de uso, transformam-se em valores de troca. A possibilidade concreta de consumir tem como paralelo a criação de um maior número de bens de troca, isto é, de mercadorias. Dessa forma, o intercâmbio aumenta, incluindo um maior número de pessoas envolvidas no movimento da economia monetária, e crescendo igualmente, o número de pessoas envolvidas no trabalho assalariado. Se até o fim da segunda guerra mundial, ainda é grande a importância das economias de auto subsistência em algumas regiões, este fenômeno se altera a partir de então.

Após 1960 e sobretudo 1970, a urbanização conhece um novo tempo. A partir deste momento, novos fatores surgem, tornando mais complexo o fenômeno da urbanização. Temos uma modernização e ampliação dos transportes e das comunicações; uma expansão capitalista no campo e nas demais atividades; um movimento de migrações muito forte; uma nova divisão do trabalho social e territorial, que se superpõe à divisão do trabalho social e territorial anterior, etc. Tudo isto tem como resultado, uma aceleração do processo de urbanização.

A partir de 1960, tem-se uma tendência à construção de estradas de rodagem e rodovias de primeira ordem. O Brasil passa a ser cruzado por um grande número de rodovias de boa qualidade, entre as quais um percentual de autopistas. Por outro lado, temos a tendência à criação de uma rede vicinal, ou seja, sobretudo nas áreas mais desenvolvidas, cria-se uma rede de estradas mesmo terciárias. Dessa forma, além da integração do território que se esboçava no período anterior, agora temos também uma

fluidez do território. O espaço torna-se fluído, permitindo que os fatores de produção, o trabalho, os produtos, o dinheiro, o capital, etc, passem a ter uma grande mobilidade. Tudo isso naturalmente aumenta o movimento, aumentando, por conseguinte, as possibilidades de troca. Crescem, ainda mais, em número, os valores de uso que se transformam em valores de troca. Este crescimento traz a necessidade de intercomunicação, que se dá com a complementação recíproca das regiões, através do que produzem, o que, de novo, faz aumentar a urbanização.

A modernização dos transportes é paralela à expansão das comunicações. Cria-se um sistema de comunicações através das ondas e, depois, dos satélites; difunde-se o telefone, implanta-se o telex e novas formas de transmissão de mensagens, tornando maiores as possibilidades de movimento de valores, de dinheiro, de capitais, de ordens, etc. As comunicações permitem que o comércio ganhe uma nova dimensão, e naturalmente todos estes fatores têm como consequência um novo aumento da circulação, paralelamente a uma urbanização, que tende a ser aumentada.

O capitalismo se expande no campo, aumenta e modifica a relação entre trabalho e capital, reduzindo a quantidade de trabalho humano necessário e trazendo notoriedade e generalização à formas sociais até então pouco relevantes, tais como a do trabalhador agrícola não rural. Estes e outros fatores são importantes para entender a nova urbanização. A modernização no campo introduz uma série de tarefas que não são propriamente da produção material. Esta, agora se faz ligada ao trabalho intelectual e, mesmo que a este não queiramos em tese associar a terciarização, ou a esta associar obrigatoriamente a urbanização, tais relações de fato se estabelecem a esse movimento, no caso brasileiro, se dá.

Com um movimento extremamente grande de migrações, estas não serão apenas rural-urbanas, como o eram no período anterior, mas também urbano-urbanas, produzindo um novo patamar no fenômeno da urbanização.

Os aspectos territoriais, como vemos, são fundamentais para explicar as diversas formas de evolução da sociedade. As diferenças criadas no território são um dado da realidade, e desse modo facilitam ou dificultam as transformações, isto é, esta

ou aquela forma de mudança. O território é rugoso, resultado das condições naturais e históricas; assim, a evolução social, econômica e política não lhe é indiferente. Por isso, a urbanização só é realmente inteligível a partir de sua regionalização. Através desta, verificamos como agiram aqui e ali os elementos de mudança. Apresentando-se segundo particularidades e singularidades, a lei geral do movimento não é menos geral.

As Disparidades Regionais da Urbanização

O Brasil possui uma complexa organização territorial, que guarda profundas diferenças entre suas regiões. Tomando como base o ano de 1980, temos a região Sudeste como a mais urbanizada, com índice de 82,79%; a menos urbanizada seria a região Nordeste, com índice de 50,44%, sendo que a taxa de urbanização do Brasil era de 65,57%.

TABELA 7

Taxas de urbanização, 1940, 1960, 1980			
Região	1940	1960	1980
Norte	27,75	37,80	51,69
Nordeste	23,42	34,24	50,44
Sul	27,73	37,58	62,41
Sudeste	39,42	57,36	82,79
Centro-Oeste	21,52	35,02	67,75

(Tirado de Maria Adelia de Souza, **Governo Urbano**, Nobel, São Paulo, 1988, p.82)

As taxas de urbanização das regiões do Brasil mostram-se bastante diferentes. Em 1940, além das taxas regionais não serem altas, as diferenças regionais são menos significativas do que nos anos seguintes. Já em 1960, o Sudeste apresentava uma forte divisão do trabalho, sendo que a diferença com a região menos urbanizada era da monta de 23,12 pontos percentuais.

A diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões está intimamente ligada às formas como, nelas, a divisão

do trabalho se deu, ou seja, pela diferente divisão interregional do trabalho. Escrevendo sobre a divisão do trabalho, Durkheim sugeriu a existência de duas formas de densidade do território: a densidade física e a moral. A primeira é dada pelas infraestruturas e pela densidade da população; já a densidade moral é dada pelos intercursos entre as pessoas.

O que acontece no Brasil, quando da intensificação da urbanização, é que algumas regiões eram velhas, com infraestruturas representando necessidades do passado, não respondendo às vocações do presente; tais regiões possuíam também uma estrutura fundiária hostil a uma maior terciarização, já que mantinha na pobreza milhões de pessoas, e a pobreza reduz as possibilidades de contato e intercâmbio. Esta era a realidade do Nordeste, uma região onde a introdução de inovações iria encontrar grande resistência do passado, cristalizado em variáveis inerentes a necessidades criadas em outros períodos.

Por outro lado, o Centro-Oeste, sobretudo as áreas ainda não conquistadas pela economia comercial, apresenta-se como extremamente apropriado aos novos fenômenos da urbanização, já que era um território praticamente quase virgem. Desta maneira, praticamente não possuía infraestrutura de monta, nem outros elementos que pudessem dificultar a implantação de inovações, podendo, assim, receber uma infraestrutura nova, totalmente ao serviço de uma economia moderna, já que seu território era livre da robustez das heranças de diferentes sistemas técnicos e sociais, já enraizados, podendo receber os novos com maior velocidade e rentabilidade.

Uma infra-estrutura moderna tem mais dificuldade para se implantar sobre uma região estruturada de modo arcaico, pois esta implantação tem um custo muito mais elevado. E é por isso que o Centro-Oeste conhece uma taxa extremamente alta de urbanização; podendo nele se instalar, de uma só vez, toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento.

Já o Sudeste, mais novo que o Nordeste e mais velho que o Centro-Oeste, consegue, a partir do primeiro momento da mecanização do território, uma adaptação progressiva e eficiente aos interesses do capital hegemônico. Cada vez que há uma modernida-

de, esta é encampada pela região. A cidade de São Paulo é um exemplo disto, pois abandona constantemente o passado, volta-lhe permanentemente as costas, e tem, em contraposição, o fato de reconstruir um presente à imagem do presente hegemônico, o que lhe permitiu, em todos os períodos recentes, uma superioridade econômica. Isso também permite ao Sudeste manter taxas de crescimento urbano muito elevadas.

Uma Nova Dimensão do Fenômeno

Conforme já vimos, não é apenas o dado numérico que conta; o qualitativo tem de ser levado em consideração em nossas análises. A partir de 1960, assiste-se à interiorização da urbanização, o fenômeno de urbanização aglomerada e posteriormente da metropolização. Em 1980, mais da metade da população brasileira, 51%, vivia em cidades com mais de 20 mil habitantes, sendo que este índice era de 20,88%, em 1950. Pode-se observar então, o enorme crescimento das pessoas vivendo nesta ordem de cidade. Ainda em 1980, 75,48% da população urbana brasileira vivia em cidades com mais de 20 mil habitantes, sendo este índice de 21%, em 1950 e 15% em 1940.

O Centro-Oeste parte de um patamar de concentração de população em aglomerações com mais de 20 mil habitantes, seis vezes menor do que a do Sul, em 1940, para superá-lo em 1980. Ainda em 1940, concentra, aproximadamente, nos aglomerados com mais de 20 mil habitantes, quase cinco vezes menos do que concentrava o Nordeste; no entanto o supera em quase 50% em 1980. Esse movimento de aglomeração é mais significativo nas áreas "novas", onde, a um equipamento territorial "novo" se superpõem relações sociais "novas". As áreas de expansão, necessitando, de um maior nível de trabalho intelectual, nascem, assim, praticamente urbanas e terciárias.

TABELA 8

Aglomeracões (cidades e vilas) com mais de 20 mil habitantes na data dos recenseamentos gerais.

	Total de população	% sobre a pop. total do Br.	% sobre a pop. urb. do Br.
1940	6.144.935	14,93	47,71
1950	10.845.971	20,88	57,74
1960	19.922.252	28,43	63,64
1970	37.398.842	40,15	71,80
1980	60.745.403	51,00	75,48

TABELA 9

Parte relativa na População Total dos Aglomerados Urbanos (cidades e vilas) com mais de 20 mil habitantes.

	1940	1960	1980
Brasil	14,93	28,43	51,00
Norte	15,77	22,11	36,90
Nordeste	8,58	16,45	31,71
Sudeste	21,96	41,92	69,39
Sul	11,08	20,85	42,88
Centro-Oeste	1,85	14,12	45,57

TABELA 10

Parte relativa dos aglomerados com mais de 20 mil habitantes sobre a população urbana total.			
	1940	1960	1980
Brasil	47,71	63,64	75,48
Norte	57,05	59,15	71,38
Nordeste	36,59	48,54	62,86
Sul	39,87	56,20	68,72
Sudeste	55,57	73,54	83,80
Centro-Oeste	8,51	41,25	67,27

Neste momento impõe-se, todavia, levantar uma questão: poderíamos classificar as cidades com mais de 20 mil habitantes como médias? Um dos problemas que se apresentam nas Ciências Humanas é o do uso e interpretação das séries estatísticas, pois a mesma quantidade em momentos distintos possui significado diferente. O que chamávamos de cidade média em 1940/50 naturalmente não é a cidade média dos anos 1970/80. No primeiro período, uma cidade com 20 mil ou mais habitantes poderia ser classificada como média, mas hoje, uma cidade média será a que se apresenta com uma população em torno dos 100 mil habitantes. Isto mais uma vez nos sugere que os quadros estatísticos só têm realidade interpretativa se buscamos qualificá-los.

Em 1940, tínhamos dezoito (18) cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes; em 1950, vinte e sete (27), incluindo São Paulo e Rio de Janeiro, Recife, Salvador, etc; por conseguinte o número de cidades com mais de 100 mil habitantes era muito limitado, e é por isso que as cidades de 20 mil habitantes apareciam como cidades médias. Em 1960, eram quarenta e cinco (45) as cidades com mais de 100 mil habitantes; nesta data, surgem dois fenômenos paralelos, de um lado o fortalecimento da metropolização e de outro, o fortalecimento dessas cidades médias. Em 1980, eram 142 as cidades com mais de 100 mil habitantes, sendo 201 com mais de 50 mil.

TABELA 11

Cidades segundo população	1940	1950	1960	1970	1980
Entre 100 e 200 mil	11	15	28	60	95
Entre 200 e 500 mil	5	9	11	19	33
Acima de 500 mil	2	3	6	9	14
Total acima de 100 mil	18	27	45	88	142

O fortalecimento das cidades médias e a emergência da metropolização têm ambos grande amplitude, lembremo-nos de que, entre 1940 e 1980, as cidades com população entre 100 e 200 mil habitantes passam de onze (11) para noventa e cinco (95); as de 200 a 500 mil passam de cinco (5) e trinta e três (33) e as acima de 500 mil passam de duas (2) a quatorze (14). Assim, o total de cidades com mais de 100 mil habitantes passa de dezoito (18) a 142. E as cidades milionárias que eram duas, em 1960, São Paulo e Rio de Janeiro, são cinco em 1970, dez em 1980 e, em 1988, serão pelo menos quinze.

O fenômeno da metropolização implanta-se já a partir dos anos 50, e vai muito além da classificação oficial que admite a existência de apenas nove regiões metropolitanas. As cidades com mais de 500 mil habitantes, em 1940, representavam menos de 8% (mais exatamente, 7,7%) da população total do Brasil, índice que alcança a marca dos 31,5%, em 1980, sendo que as regiões metropolitanas representam 15% da população brasileira, em 1940, e 30%, em 1980. Em 1987, apenas duas das regiões metropolitanas apresentavam menos de 2 milhões de habitantes, tendo as demais sete um valor acima deste.

Estes números nos ajudam na conclusão de que, uma parte substancial do incremento demográfico do país ocorre às regiões metropolitanas. Como prova da amplitude do movimento, diríamos que, 43,37% do incremento demográfico ocorrido entre 1970 e 1980, procurou as regiões metropolitanas, tendo a região metropolitana de São Paulo, sozinha, recebido 17,37% deste total. Este movimento é de tal monta que, apesar da grande campanha de propaganda empreendida pelo Estado em favor da colonização do Norte, que movimentou um contingente de 2 milhões de pessoas para essa re-

gião, essa migração não é comparável à que se dirigiu para as regiões metropolitanas. Apenas a região metropolitana do Rio de Janeiro recebe, no mesmo período, um contingente igual de pessoas, enquanto a Grande São Paulo acolhe o seu dobro. Mas, as migrações deslanchadas, num primeiro momento, após a segunda guerra, vêem seu movimento acelerado a partir do "milagre econômico" e tendem a buscar tanto as regiões metropolitanas quanto as cidades intermediárias.

O Novo Sistema Urbano - Complexificação e Diferenciação

O movimento contemporâneo do sistema urbano brasileiro nos faz defrontar com um processo paralelo de complexificação e de diferenciação. A urbanização torna-se um fenômeno complexo e cada vez mais diferenciado, dada a multiplicação de elementos que nela passam a interferir, como já citamos anteriormente, com a modernização agrícola, diferente segundo os lugares e os produtos; a tendência a especialização regional da produção, com a criação de regiões agrícolas modernas, ricas de características extremamente particulares. Em cada qual dessas áreas varia o nível de capital usado, a quantidade de produtos químicos envolvidos nos diferentes produtos, o tipo de trabalho ou informação reclamados.

A rede urbana que antes era dada pelas relações entre cidades, conhece, hoje, outros elementos com força para receber e emitir fluxos de todos os tipos e de intensidades variadas, o que resulta na criação de novas relações sobre o território, agente complicador do fenômeno da urbanização. Hoje, o urbano é todo outro.

Como consequência, temos a geração de um espaço brasileiro altamente diferenciado, e muito mais complexo na sua definição, do que o foi no período anterior. Neste, por exemplo, raramente se reconheceriam agroindústrias, que se multiplicaram alicerçadas pela inserção do país em uma nova ordem internacional e pela respectiva lei do lucro o que, por conseguinte, cria relações que escapam ao seu entorno imediato e buscam nexos distantes.

No período anterior, o que se apresentava nas diversas áreas

brasileiras era a expansão do consumo, que se esgotava com o uso do bem ou do serviço, morrendo o processo econômico no simples ato de consumir, isto é, o que se chama de consumo consuntivo. Este era mais ou menos semelhante, na maior parte das regiões, ainda que com diferente qualidade. Mas, com a modernização agrícola, ao consumo consuntivo soma-se o consumo produtivo, ou seja, o que é necessário à produção agrícola, como o consumo de fertilizantes, defensivos, crédito, administração privada e pública, etc.

O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. Estas são chamadas a dar respostas particulares às necessidades das produções particulares, e daí a maior diferenciação entre as cidades. Estas se diferenciam cada vez mais pelo fato de o nexo do consumo produtivo ser ligado a necessidade de encontrar no lugar e na hora, respostas indispensáveis à marcha da produção. Este fenômeno, antes restrito às cidades, que eram "depósitos" para os fatores da produção industrial, agora também se dá no campo, com a diferença de que, a partir desse momento, a regulação do mundo rural não se faz mais no campo. Hoje, todos os dados da regulação agrícola se fazem no urbano, novidade que em muito muda a significação, neste período, da urbanização brasileira.

Esta novidade leva a uma diferenciação extrema entre os tipos urbanos. Houve um tempo em que se tratava a rede urbana como uma entidade altamente disciplinada, onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou. Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças. Se, no período anterior, metrópoles como Salvador, Recife, Belém guardavam elementos de semelhança, pois a produção industrial que lhes cabia era orientada para um número reduzido de bens e produtos, ligados ao consumo mais banal dos habitantes, hoje, com um sistema moderno de transportes e comunicações, que facilitam o comércio e, o controle pelas firmas da produção a milhares de quilômetros, aquelas antigas metrópoles regionais se tornam profundamente diferenciadas entre si. Maria de Azevedo Brandão, em um belo artigo na Revista de Economia Política mostra o quanto a indústria bahiana é diferente da de Recife, mas o mesmo é também verdade para Porto Alegre, e Belém e assim por

diante. Isto é possível porque se tornou viável o aproveitamento das virtualidades de cada local, na medida em que o sistema industrial mais complexo e completo pode distribuir territorialmente tarefas distintas.

Essa diferenciação também se dá entre São Paulo e Rio de Janeiro. A disputa que mantinha no começo do século, já se mostra favorável ao primeiro a partir dos anos 30, mas estatisticamente só se revelam nos anos 40/50. E agora São Paulo passa a ser o centro da informação, a área polar do Brasil, não pela importância de sua indústria, mas pelo fato que é capaz de produzir, coletar, classificar a informação, própria e dos outros, e distribuí-la de acordo com seus interesses.

Esse é um fenômeno novo na Geografia brasileira, na urbanização do país. Esta nova qualidade do papel de comando da metrópole paulistana provoca um distanciamento maior entre São Paulo e Rio de Janeiro, uma maior divisão territorial do trabalho, não só ao nível do Sudeste, mas de todo o Brasil. São Paulo destaca-se como uma metrópole onipresente no território brasileiro. No período anterior, São Paulo, embora presente em toda parte, chegava primeiro em algumas partes, ou mais forte em outras; hoje, está presente em toda parte de uma maneira instantânea. São Paulo se torna a "metrópole transacional" do país, no dizer de Helena Kohn Cordeiro (Boletim de Geografia Teorética, nº 34-37, 1987).

Este novo período, consagra também uma redistribuição das classes médias no território, e, de outro lado, uma redistribuição dos pobres. As cidades maiores sendo as mais capazes de acolher este últimos, e São Paulo, a mais rica, é a que tem mais poder de atração. Por outro lado, as cidades médias passam a acolher mais classes médias, um número crescente de letrados, indispensáveis à produção material que se cientificiza. Por isso assistimos, no Brasil, a um fenômeno paralelo de metropolização e de desmetropolização, no sentido de que se criam cidades grandes e médias ao mesmo tempo, com um incremento demográfico parecido, o que em grande parte se deve ao jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território.